



Implicações de Representações da Tradução na Recepção e Circulação do Texto Literário Estrangeiro

Rosa Maria Olher
UEM

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a forma como as representações de tradução incidem na recepção e circulação do texto literário estrangeiro em dois contextos culturais e acadêmicos tidos como diferentes: o brasileiro e o estadunidense. Com base nos resultados de uma pesquisa de doutorado, sobre tradução e ensino de literaturas estrangeiras, observa-se que, nos contextos acadêmicos específicos, existem ainda fatores que delimitam e restringem sua recepção, a citar, a resistência à inclusão da tradução como elemento importante para o aprimoramento crítico das diferenças linguísticas e culturais, no âmbito de ensino das literaturas e das línguas em contexto brasileiro e, a aparente naturalização do texto traduzido que neutraliza as discussões no contexto estadunidense e contribui para a hegemonização daquela língua e cultura. Entende-se que o valor ou tratamento submetido ou atribuído ao texto literário traduzido implica na sua representação nas mais diferentes esferas: acadêmica, jornalística, bem como, e principalmente, na esfera de ensino e aprendizagem de literaturas e línguas estrangeiras.

Palavras-chave: tradução, representações, texto literário estrangeiro.

Abstract: This paper aims at discussing how the representations of translation influence in the reception and circulation of the foreign literary text in two academic contexts: that of Brazil and of the US. Analyzing results of a doctorate research study, it is observed that in such academic contexts there are some factors which restrict the reception of translation: one example is the resistance to the inclusion of the translation issues as important means of learners' language and culture improvement in the Brazilian context; another example is the apparent naturalization of the translated text in the United States which neutralizes the discussions in that field and contributes to the hegemony of the foreign language and culture. It is relevant to consider that the status attributed to the translated literary text intervenes in the translation representation in several spheres: academic, journalistic and, mainly, in the teaching and learning of foreign languages and literatures.

Keywords: translation, representations, foreign literary text.

1. Introdução

Retomando a história da tradução, percebo que reflexões de grandes tradutores como Cícero, Sto. Agostinho e S. Jerônimo, dentre outros, trazem valiosa contribuição para as



discussões contemporâneas, principalmente quando tratamos da questão da (in)fidelidade na tradução, como um fantasma que co-habita o contexto histórico da tradução no ocidente.

Embora tenham se diferenciado na forma de pensar, influenciando os conceitos teóricos que permeiam o imaginário e as reflexões de tradutores e estudiosos contemporâneos, a maioria das discussões se baseavam, e acredito que ainda se baseiam, em dicotomias ou polarizações, tais como fidelidade e infidelidade, tradução literal e tradução livre, estrangeirização e domesticação, visibilidade e invisibilidade, para citar apenas algumas.

Uma das primeiras dicotomias encontra-se, historicamente falando, nos escritos de S. Jerônimo (1995), patrono dos tradutores e grande tradutor da cultura greco-romana. Ao defender-se das acusações de infidelidade na tradução para o latim de uma carta do Bispo Epifânio de Chipre ao Bispo João de Jerusalém, S. Jerônimo (1995) escreve em 395/396, em Belém, a famosa *Carta a Pamáquio* (Ep. 57). Acusado de infidelidade por um ex-companheiro, S. Jerônimo discute, na carta, alguns problemas da tradução, com citações e reflexões que nos soam contemporâneas, por sua profundidade e clareza.

S. Jerônimo levanta questões que são discutidas *ad aeternum* como a da tradução “palavra por palavra” e da tradução “pelo sentido”. Sua soberba retórica remete a pensamentos anteriormente já apontados por Cícero, discutindo os chamados “problemas” de tradução, questões estas que ainda perturbam muitos estudiosos contemporâneos. O tradutor refere-se, aqui, à complexidade de sua tarefa e ao *double bind* a que é submetido ao contrair a “dívida” da tradução, apontada por Walter Benjamin no ensaio *Tarefa-renúncia do Tradutor* (2001). Na *Carta a Pamáquio*, S. Jerônimo remete à questão do texto sagrado e à infidelidade como um ato de pecado, a citar o fato de não se respeitar o texto grego, tido por ele e pelos cristãos da época, como o texto sagrado ou “original”, embora a história nos mostra que a Bíblia, no caso, a versão do Velho Testamento, tenha sido escrita pelos hebreus.

Esse dilema jerominiano de traduzir, bem como de outros grandes escritores e tradutores, a citar: Martin Lutero, Ezra Pound, Goethe, irmãos Campos, dentre muitos outros, contribuíram para a motivação desta pesquisa, no sentido de tentar entender as formas como diferentes contextos culturais tratam as re-escrituras e/ou reproduções de trabalhos universalmente conhecidos e difundidos, mais especificamente, contextos institucionais, como o acadêmico. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de parte da análise dos dados



coletados em uma pesquisa de doutorado e desenvolver uma discussão acerca das representações que o discurso literário tem de tradução, em algumas universidades do Brasil e do exterior.

Percebe-se, nos dados coletados, certo com-sensoⁱ cultural, toda vez que a tradução entra em cena, nos quais as comparações entre original e texto traduzido são inevitáveis, apontando, assim, para algumas regularidades discursivas, a citar as polaridades, que fazem parte da problematização que proponho, para chegar a algumas representações sobre tradução.

Trabalhos mais recentes em diversas áreas, tais como o de Coracini (2007), discutem as representações que o tradutor tem de si e de sua atividade. Observa-se que a questão da (in)fidelidade permeia, também, o discurso do tradutor, marcado, quase sempre, pela dúvida, dívida, frustração e melancolia, devido à situação de dilema, ao *double bind* que a tarefa de traduzir impõe ao tradutor. Neste *double bind*, o tradutor encontra-se entre-línguas, entre a polissemia ou a pluralidade de sentidos que se deslizam de um termo a outro e transbordam na passagem de um texto a outro, tornando sua tarefa difícil, dada a necessidade de traduzir o que, muitas vezes, é intraduzível.

Da mesma forma, esta questão pode ser observada no livro *Conversas Com Tradutores – Balanços e Perspectivas da Tradução*, organizado por Benedetti e Sobral (2003, p. 7), no qual as “conversas com os tradutores” resumem o “pensar sobre o fazer tradutório” e as implicações das “teorias” sobre sua prática. Seus discursos se desdobram na formação do tradutor, na noção fugaz do certo e do errado, na valorização do texto traduzido em termos mercadológicos, na remuneração decorrente desse mercado flutuante e, ainda, nas peculiaridades da relação do tradutor com a obra, do tradutor com o editor, a citar questões como: qualidade ou juízo de valor que envolve a recepção e circulação da tradução; (in)fidelidade ao autor ou texto original; originalidade; autoria e criatividade.

Assim, na tentativa de melhor entender e explicitar as questões já apresentadas, proponho discutir, por meio de recortes discursivos selecionados de 21 entrevistas, as representações que os enunciadores - professores de literaturas estrangeiras - têm da tradução, em dois contextos culturais tidos *a priori* como diferentes: o brasileiro e o estadunidense. Os informantes são nomeados como P-1, P-2, P-3 e, assim, sucessivamente.



2. Entre tradução e literatura estrangeira no Brasil – efeitos do *double-bind*

Os recortes discursivos (doravante RDs), que apresento para discussão a seguir, foram selecionados dentre as entrevistas com professores de quatro universidades brasileiras. Como o tema da tradução, relacionado ao ensino de literatura estrangeira ou à literatura em si, emerge em diferentes momentos dos relatos dos sujeitos, ao responder ora a uma, ora a outra pergunta, a seleção dos enunciados ou dos RDs se deu, a partir das regularidades que seus discursos apresentavam ou, às vezes, da não-regularidade, isto é, das singularidades de alguns enunciados, de forma a contribuir para a discussão das representações de tradução que aqui apresento.

Início esta discussão com alguns RDs de enunciadores brasileiros nos quais destaco o constante dizer sobre a língua estrangeira, ao tratarem da relação da literatura estrangeira com a tradução. Vejamos o que diz um dos enunciadores.

(RD1):- Ah/mas eu acho que a relação entre a tradução e a língua estrangeira/ ela deve ser o mais fiel possível // o tradutor/ ele deve buscar o que mais se aproxima da intenção do autor para que ele faça essa tradução/ pra não cometer erros/ cometer equívocos// que/ é o que já fizeram com Bakhtin em português/ né// e a gente lê em espanhol e/ tem algumas mudanças (P-6)

Neste RD, P-6 remete à tarefa-renúncia do tradutor (BENJAMIN, 2001), o contrato da dívida que o tradutor assume para com o texto original ou com o autor na tentativa de “restituição de sentido”. Seu RD traz, inicialmente, um lapso ao responder a pergunta sobre a relação entre tradução e literatura estrangeira. P-6 usa o termo “língua” ao invés de literatura, sinalizando para sua possível associação “inconsciente” de tradução à língua e, não à literatura, que seria o objetivo da pergunta. Em seguida, ela acrescenta que a tradução “deve” ser “o mais fiel possível”. P-6 faz uso da modalidade deôntica “ela deve”, apontando para a tarefa prescritiva de obrigação do tradutor - da missão de “ser o mais fiel possível” -, fidelidade esta que significa, segundo o enunciado, aproximar-se da “intenção do autor”.



O verbo “aproximar”, de acordo com o Dicionário Eletrônico Aurélio (FERREIRA, 2004), quer dizer: relacionar, tornar compatível, estabelecer analogias. Quando falamos em aproximação, pensamos, automaticamente, na ideia de binarismo, de polos separados por uma linha imaginária que devem ser aproximados, no qual, de um lado está o texto original e, do outro, o texto traduzido; ou, ainda, num dos polos, o autor e, no outro, o tradutor.

Uma das definições de “analogia” é semelhança ou qualidade de parecido, cognato (FERREIRA, 2004) - aquilo que parece a mesma coisa, porém, é “Quase a Mesma Coisa”, título da obra de Umberto Eco (2007, p. 9) em cuja introdução o autor problematiza a complexidade de se dizer a “*mesma coisa*” em outra língua, apontando para o fato de que nem sempre sabemos bem o que *coisa* significa e que é duvidoso o que “quer dizer” *dizer* [itálicos do autor]. Perguntamos, então, se existe a “mesma coisa” e, se existe como dizer a “mesma coisa” da mesma maneira mesmo no interior de uma língua? Na materialidade linguística do RD1, observa-se como a linguagem está sujeita às próprias armadilhas, a exemplo de termos como “possível”, “aproximar” e “intenção”, os quais denunciam a pluralidade, a polissemia que emerge dentro da própria língua e marca a diferença apesar da busca pela semelhança.

O termo “intenção”, por sua vez, remete a noções como as de “pensamento”, de certa forma “secreto”, ainda não-dito ou reservado. Se a intenção é um pensamento secreto e reservado, um propósito ainda disfarçado, questiona-se: Como “traduzir” as chamadas intenções de um autor numa situação “entre-línguas” se a própria intenção já é algo reservado, subentendido ou disfarçado no interior da própria língua?

Na tentativa de problematizar a (in)fidelidade associada à atividade do tradutor, propomos uma analogia do enunciado - “ser o mais fiel possível” ao texto original ou às “intenções do autor” - à lenda de Homero, nomeando a discussão sobre (in)fidelidade como uma questão “homérica”, isto é, uma hipótese que permanece em aberto para discussão, de difícil solução, mas, cujos resultados afetam significativamente a forma de pensar e entender a tradução ao longo dos séculos. A (in)fidelidade do tradutor ao original, remetida à lenda de Homero, grande poeta épico grego, se dá em virtude dos questionamentos que a própria história da literatura universal deixa sem respostas. Não se pode afirmar ao certo se Homero existiu de fato, ou, ainda, se a autoria dos cânones *Odisséia* e *Ilíada* devem ser atribuídas a ele, constituindo, por essa razão, uma lenda.



A lenda da tradução ou do tradutor como infiel e endividado pode ser analisada semelhantemente, isto é, como uma missão impossível - questão homérica de difícil solução -, já que os efeitos das soluções podem comprometer todo o pensar contemporâneo sobre o que é a tradução e sua representação, nos mais diferentes contextos, especialmente no da literatura, pois, assim como a *Odisséia* e a *Ilíada* de Homero influenciaram toda a literatura ocidental, também a tradução tem constituído as diversas literaturas e seus respectivos leitores.

Esta analogia da (in)fidelidade à lenda se evidencia no enunciado “ser o mais fiel possível”, pois sinaliza a impossibilidade de fidelidade, isto é, uma tarefa impossível, difícil de ser alcançada, tarefa-renúncia, porém desejada ou idealizada pelo enunciador, materializada no superlativo “o mais” fiel, porém, limitado pelo real “possível”, pela situação do “estar entre-línguas”¹, o *double bind* no qual o tradutor é colocado. A questão homérica pode ser observada, na perspectiva do enunciador de que traduzir seja uma tentativa de imitação do autor, tarefa difícil, pois simboliza a ilusão de “total” semelhança, da homogeneização de uma língua ou cultura.

P-6 acredita que o tradutor deve traduzir aproximando os dois textos sem “cometer erros” ou “equívocos”. Questiono se os chamados erros e equívocos não seriam traços da diferença entre línguas e culturas?

Dessa forma, seu enunciado se desconstrói por si só, pois a missão de aproximar a intenção do autor às possíveis atribuições de sentido que um futuro leitor possa dar ao texto é, portanto, impossível, ilusória e impossível dentro daquilo que P-6 e muitos entrevistados entendem por tradução associando-a a (in)fidelidade. Com relação à mesma questão, percebe-se, ainda, a ilusão de autoria, de controle de sentidos, de fixidez e totalidade, a exemplo do uso da primeira pessoa do presente com um verbo opinativo “eu acho”, bem como o verbo modal “deve”, no sentido de obrigação ou necessidade que o tradutor tem de “ser fiel”.

¹ Faço uso do “estar entre-línguas” como um decalque do termo já utilizado por Coracini (2007), ao tratar da não fixidez de identidades e dos múltiplos discursos e interdiscursos que constituem o sujeito. “Entre” representando um iato que pode separar, mas, ao mesmo tempo, unir dois elementos tidos como diferentes, chamando a atenção para a alteridade e heterogeneidade do sujeito que está nesse “entre” lugar, desconstruindo, também, a ilusão do “um” – ficção que o sujeito tem de si e do “outro”. Remeto, ainda, o termo “entre” ao dilema do *double bind*, já exemplificado na nota 13 deste trabalho.



Como já polemizava São Jerônimo, existe um jogo nesse dilema do “estar entre-línguas” que denuncia a (im)possibilidade da fidelidade, como uma espada pairando sobre a cabeça do tradutor. Se este traduz “literalmente”, se é que é possível, na tentativa de ser “fiel” ao autor, ao original, tido como o detentor do sentido e da verdade, o texto traduzido não flui e causa estranhamento no leitor, trazendo à tona os resíduos² (VENUTI, 2002, p. 28) e o discurso heterogêneo da tradução, ou seja, da diferença. Se, por outro lado, o tradutor modifica um pouco o estilo, re-elaborando ou trans-formando a linguagem e aproximando-se mais do leitor, “domesticando” o texto, o tradutor é acusado de infiel. E é nessa tensão que se encontra o tradutor onde a passagem entre línguas e textos ocorre, caracterizando a tarefa de traduzir.

Levanto, mais uma vez, algumas questões para reflexão: Como contornar a necessidade de traduzir com a impossibilidade de se “dizer a *mesma coisa*”? Como aproximar o “querer dizer” do autor às leituras que estão por vir, às construções de sentidos que serão historicamente atribuídas por futuros leitores de um texto já lido e (re)traduzido? Seria possível para o tradutor restituir algo que não lhe foi dado, ou seja, resgatar um sentido que não está cristalizado ou depositado no texto-fonte, como se quer crer?

Se pensarmos a tradução com base na visão platônica da polaridade entre texto-fonte e texto-traduzido ou em aforismos como “tradutor-traidor” e “belas infiéis”, a resposta será: “missão impossível”, isto é, a tradução será inevitavelmente associada à infidelidade, ou, ainda, à impossibilidade de “ser fiel”. Isto remete, novamente, à tradução como dilema que, por um lado, traz a demanda, a necessidade de traduzir para que o texto e o autor sobrevivam e, por outro, a impossibilidade de restituição daquilo que falta ou às vezes excede. Como consequência, a *différance*³ é deflagrada no acontecimento que é a tradução – impossível, se levarmos em conta o “intraduzível”, porém, necessário.

Ao enunciar “é o que já fizeram com Bakhtin em português [...] e a gente lê em espanhol e/ tem algumas mudanças”, P-6 expressa que não concorda com as transformações

² Para Venuti (2002, p. 28) os resíduos são rastros ou traços que a língua e cultura do texto em tradução “libera” no momento da passagem para a outra língua, para o texto traduzido, cultivando, assim o discurso heterogêneo da tradução.

³ Cf. nota 11, p. 58.



sofridas pelo texto traduzido, caracterizando seu desejo de homogeneização da língua que ocorre via apagamento da diferença, resistindo aos efeitos que tais “mudanças” proporcionam.

Ainda, no que trata da relação texto e autor, o enunciado constroi uma representação de mediadores culturais, mobilizando uma memória de Brasil como lugar da “falta”, incompleto para o estrangeiro, iniciado pela conjunção “mas” que aponta para a correção de erros, produzindo um efeito de verdade.

Remeto, também, o termo “mudança” às associações que Derrida (1988) faz à tradução como um texto transformado, embora controlado pelo original, à noção de dívida que, segundo Derrida, não está no ato tradutório em si ou no tradutor, mas, sim, no próprio texto, o qual pede para ser traduzido para sua própria sobrevivência, pois, assim como a própria natureza sobrevive da (re)criação e transformação, da mesma forma a tradução só acontece via transformação, já que a língua acompanha o movimento e a mudança das coisas. Para Derrida (2002), só é original o texto que sobrevive em mutação, em tradução, ou ainda, na pós-maturação (BENJAMIN, 2001).

Outras regularidades podem ser observadas em vários depoimentos de entrevistados, a exemplo de P-8, quando se colocou uma questão sobre a leitura dos textos no original ou na tradução em sala de aula de literatura estrangeira. P-8 responde que indica sempre os textos no original, ou seja, que acha importante o contato que o aluno tem com a língua estrangeira nesse momento de leitura, explicando:

(RD3):- [...] na língua de origem / agora o que eu faço / assim / com os textos da Idade Média / como a língua passou / tava passando pelo processo de evolução / então o aluno vai ter mais dificuldades / então o que eu faço para solucionar um pouco essa dificuldade do aluno / é trabalhar / às vezes / com obras adaptadas (P-8).

Além de sinalizar para sua preocupação com a questão da originalidade e da língua estrangeira, materializado no sintagma “na língua de origem”, destaco também neste RD3 a polissemia do verbo “passar” que, segundo Ferreira (2004), quer dizer: ir de um lugar a outro/ ir através/ afastar-se, cessar/ ser transmitido, dentre outros sentidos. No enunciado: “como a



língua passou/ tava passando pelo processo de evolução”, podemos dizer que P-8 percebe o movimento de transformação da língua no tempo e no espaço, ou seja, da transformação, materializada na palavra “evolução” da linguagem do texto escrito na Idade Média para a linguagem contemporânea. Para solucionar o problema do deslocamento sofrido pela língua e pelo texto no decorrer da história, P-8 afirma que faz uso de adaptações.

Entendo que ao lançar mão das adaptações de tais obras, ela aciona a circulação e recepção das re-escrituras, ou seja, de “outros”, “novos” textos, com a diferença apenas de que tais versões são na língua do autor ou do texto de origem.

Uma outra questão que destaco no RD3 é a tensão entre a “representação” da continuidade e descontinuidade da história materializada pelo advérbio “às vezes”, sinalizando para sua resistência ao “novo”, isto é, às adaptações e, às traduções, por parte de P-8.

Ainda sobre a mesma questão da resistência ao “texto novo”, um outro enunciador tece o seguinte comentário, ao tratar da possibilidade do uso da tradução em suas aulas.

(RD4):- Às vezes a tradução pode ser muito diferente do inglês// às vezes tem várias palavras que foram mudadas/ trocadas ou o sentido era diferente// talvez// mas/ em todo caso/ a gente mostra para eles que poderiam ler alguma tradução// só que o mais importante é ler e entender em inglês/ especialmente/ né/ quando nós estamos na graduação/ porque se não torna-se [*sic*] como acontece em muitas outras instituições/ de lerem apenas o português/ quer dizer/ a tradução em português e fica amarrada à tradução em português e/ não conseguem ler o inglês (P-2).

É importante chamarmos a atenção para as marcas discursivas da dúvida no RD4, como a repetição dos advérbios “às vezes”, da modalidade “talvez”, da locução “em todo caso”, por exemplo, seguidos por conjunções adversativas como “mas” e por verbos modalizadores como “poderiam”, que apontam para a tentativa inconsciente de amenização da posição discursiva de P-2. Esse discurso da dúvida, do cuidado em falar da sua prática, sinaliza para o apagamento, ou até para a resistência à memória impregnada nas palavras, à história de leitura do enunciador, bem como ao “saber” nele constituído. Observa-se, nesse saber constituído, a impossibilidade de controle que nós sujeitos temos sobre nosso discurso, marcado pelo inconsciente e por nossa história, nossa experiência de vida, nossa arqueologia.



Do enunciado de P-2 emerge a formação discursiva pedagógica materializada no uso de substantivos como: “tradução”, “graduação”, “inglês”, “português”, remetendo à instituição, ao discurso institucionalizado. P-2 generaliza seu dizer por meio do sujeito “a gente”, ou seja, nós, incluindo todos os professores que ensinam língua e literatura estrangeira, bem como sua interlocutora, a pesquisadora que o entrevista, contrapondo-se às “outras” instituições que tem práticas diferenciadas, segundo o enunciador. O uso do pronome “outro” aponta para o distanciamento daquele que fala, para a não inclusão do outro como o “diferente”, ou distante do discurso pedagógico no qual o dizer de P-2 se insere. Observa-se no RD4 traços da continuidade de formações discursivas institucionalizadas que dicotomizam e marcam a diferença entre o falar de si e o dizer do “outro”.

Com relação ao ensino de língua estrangeira, o enunciado de P-2 reflete os efeitos discursivos do método de ensino *Communicative Approach* (Abordagem Comunicativa) que exerceu e ainda exerce grande influência no ensino de línguas e, pelo que se observa, no ensino de literatura inglesa, principalmente nas universidades. Com base nesse método, ao professor, bem como ao aluno, só é(ra) “permitido” o uso da língua inglesa falada ou escrita; a tradução é(ra) tida como um recurso ilícito por não atender à demanda dos especialistas de “só falar inglês em sala de aula”.

As escolhas lexicais de P-2 materializadas em adjetivos e advérbios como: “diferente”, “trocadas”, “importante”, por exemplo, sugerem formas de modalizações apreciativas do estrangeiro, além de “amarrarem” como o enunciador coloca a língua estrangeira à língua portuguesa. A ação de “amarrar” produz um sentido de carga negativa, no sentido de que a tradução possa prender ou atar o aluno à língua materna, limitando o aprendizado ou o aperfeiçoamento da língua estrangeira.

Já, por outra perspectiva, ao enunciar que “a tradução pode ser muito diferente”, P-2 traz o modalizador “pode” que modifica o “ser” e o advérbio “muito” que intensifica, por sua vez, o “diferente”. O adjetivo “diferente” traduz a ambiguidade e deslizamento do termo, remetendo à *différance* da desconstrução, sinalizando para a impossibilidade de apagamento do movimento metonímico que é a tradução, ou seja, o fato inevitável de que o sentido “[d]as palavras [tenham sido] mudadas, trocadas” no texto traduzido, o que remete ao desejo da possível “equivalência” total ou da igualdade de um termo de uma língua para outra. Percebe-



se que a história de leitura dos enunciadores determina sua maior ou menor interlocução, tanto em relação ao texto a ser lido, quanto a aquele a ser produzido, traduzido. Portanto, ao mesmo tempo em que a sintaxe ou a organização da língua se faz passível de re-arranjos, ela sinaliza, também, para o lugar em que se compreende os deslizamentos, o movimento da passagem daquilo que se pensa a aquilo que se fala, da tradução do pensar para o enunciar, do ler para o escrever e, assim, sucessivamente.

Outro excerto que destaco no RD em questão é o que denuncia a regularidade do discurso constituído como “em nome do pai” ou em nome da instituição como discurso da verdade: “só que o mais importante é ler e entender em inglês, especialmente [...] quando nós estamos na graduação”. Ao enunciar o sintagma de superlativo “o mais importante” ele sinaliza para a “lei” de ensinar, estipulada ou pré-estabelecida por uma autoridade (ainda que indefinida) como verdade naquele curso de graduação, naquela instituição.

O último enunciado que me chama a atenção neste RD são os verbos “ler” e “amarrar”. A preocupação deste enunciator está fortemente ligada à questão da leitura, não só pela repetição do verbo “de lerem apenas o português” e “não conseguem ler em inglês”, enunciados ligados pelo sintagma “amarrados à tradução”, isto é, a tradução como um embaraço ou obstáculo que possa impedir a leitura em língua inglesa.

Isso posto, questiono: que efeitos políticos e culturais tais discursos ocasionam? No caso de professores alocados em instituições brasileiras, apesar de algumas variações e dissonâncias, percebe-se que suas vozes co-optam a criação e articulação de alguns estereótipos com base no etnocentrismo estrangeiro, ou na valorização do estrangeiro ou da cultura estrangeira em detrimento da “sua” língua ou cultura que, embora não lhe pertença, permite que os sujeitos constituam suas identidades e nelas se representem.

Entendo que o fato de alguns professores optarem pelas leituras das obras no original, pelas versões simplificadas, ou pelas adaptações, por exemplo, só se justifica se analisado pelo viés da posição-sujeito e pelo “entre-lugar” que ocupam. Percebe-se, em seus discursos, uma noção de tradução com base nas teorias puramente linguísticas e raízes fundadas na visão estruturalista, visão essa que contribui para reforçar a hierarquia estabelecida entre o original e a tradução e, por consequência, restringir a tradução como prática pedagógica no ensino de língua e literatura estrangeira.



Todavia, ao refletir sobre a forma como isso se dá e sobre os efeitos de tais discursos e, ainda, na tentativa de organizar o que problematizo a partir dos RDs apresentados, remeto tal discussão ao texto de Derrida (2003) *Da Hospitalidade*. Nesse texto, Derrida desloca as noções de estrangeiro e de hospitalidade trabalhando com a duplicidade de sentidos dos termos *hôte* (do francês) – hóspede e, ao mesmo tempo, hospedeiro, ou *host* (do inglês) hospedeiro, aquele que recebe o estrangeiro, mas que remete, por sua vez a *hostage* (refém) ou *hostile* (inimigo de guerra ou hostil). A desconstrução do termo leva à discussão das assimetrias como elementos frequentes nas relações de poder das quais somos herdeiros. Suas colocações se resumem da seguinte maneira: o hospedeiro que convida o hóspede a se sentir em casa, acolhendo-o, com base nas leis da hospitalidade corre o risco de tornar-se um refém, um hóspede dentro de sua própria casa, como numa inversão de papéis, questionando, assim, os efeitos da hospitalidade.

Faço, assim, uma analogia do contexto do hospedeiro ao do ensino de literatura estrangeira, nos casos brasileiros aqui apresentados. Percebe-se que, ao defender o uso da língua estrangeira ou da leitura do texto no original, com base na sua posição-sujeito, na instituição e na formação discursiva emergente de seu grupo ou comunidade interpretativa, o hospedeiro da literatura estrangeira recebe e acolhe o estrangeiro, naturalizando-o. Entretanto, tal familiaridade parece ser apenas superficial, pois não há como evitar a sensação que o estrangeiro – o *unheimlich* (FREUD, 2003) – pode provocar naquilo que nos parece familiar ou hospitaleiro, pois todo hóspede já habita (n)o hospedeiro, assim como o *unheimlich* (estranho/estrangeiro) contem o *heimlich* (familiar, nativo).

De forma mais clara, Freud (2003) explica que a palavra *unheimlich* (traduzida na versão inglesa como *uncanny*, cujo verbete Antônio Houaiss (1982) traduz para o português como: estranho, misterioso, sinistro, incomum, sobrenatural, perigoso) se opõe a *heimlich*, *heimisch*, que quer dizer “familiar”, “nativo”, algo que pertence ao lar. Assim, concluímos que o estranho é apavorante porque não é conhecido ou familiar. É claro que nem tudo que não é familiar causa estranheza, contudo, a relação não pode ser invertida. Podemos dizer que algo novo também pode se tornar amedrontador, estranho, ou, que algumas novidades causam estranheza, mas não todas, certamente. Para que o novo ou estranho se torne assustador algo tem que ser acrescido. A produção de sentimento de estranheza está, também, associada à incerteza intelectual, de forma que o estranho seria sempre alguma coisa como um lugar que



não sabemos onde estamos e que causa certo desconforto, pois quanto mais orientada ou encaixada em seu meio uma pessoa é, menor será a possibilidade de sentir-se estranha com relação aos fatos e objetos desse contexto.

Entendo que a restrição à tradução, neste caso, constitui ou representa uma forma de defesa ou de resistência ao “estranho”, ao “outro” – que já o habita e o constitui –, neste caso, ao texto “novo” ou à tradução. Em resumo, ao mesmo tempo em que o hospedeiro acolhe o estrangeiro, em nome da hospitalidade, ele resiste a ele, ao perceber os efeitos de “estranhamento” e a presença da “diferença”, marcada pela presença do estrangeiro via tradução.

Todavia, não se pode generalizar ou homogeneizar tais representações como se fossem estáveis ou contínuas. Existem vozes dissonantes na amostra de dados coletados aqui no Brasil, bem como na amostra dos Estados Unidos. As histórias de leitura e de experiência intelectual e cultural dos enunciadores, como já mencionei anteriormente, não são e não poderiam ser as mesmas, visto que as concepções de identidade são hoje entendidas por diferentes perspectivas, por serem constituídas com base na “descentração” do sujeito, traduzindo um “deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno” (HALL, 2006, p. 34).

Como as palavras estão impregnadas de memória e os sentidos que atribuímos a elas, à linguagem e às coisas vão se traduzindo e se reconstituindo, assim como nossas identidades, as diferenças e singularidades emergem nos dizeres de alguns dos entrevistados, sinalizando para outras possíveis representações de literatura, língua e tradução.

Com base nessas questões de autoria, originalidade, (in)traduzibilidade, e (in)fidelidade, na subseção de análise e discussão que segue, apresento alguns RDs de professores de literatura estrangeira de uma instituição estadunidense. Tentarei desenvolver um contraponto dos contextos, tomados *a priori* como diferentes ou divergentes, como forma de melhor aprofundar e problematizar as representações de tradução, na sua relação com o ensino de literatura estrangeira.



2.1 Entre tradução e literatura estrangeira nos Estados Unidos – efeitos da *différance*

Ao responderem às questões sobre o uso de textos traduzidos em salas de aula de literatura estrangeira, isto é, se os alunos leem autores estrangeiros em inglês ou na língua do autor, alguns argumentos foram explicitados, dentre os quais os seguintes:

(RD14):- Não// eles leem em inglês// em tradução// é uma discussão/ ontem no seminário sobre o uso de tradução pelos pesquisadores// porque os pesquisadores fazem uso da tradução para dar aulas [...] (P-16).

Em primeiro lugar, esclareço que a enunciativa, professora de literatura brasileira e literatura mundial naquela instituição, faz uso de textos literários brasileiros para ensinar literatura mundial e cursos de redação ou produção escrita (em inglês: *writing*), afirmando que os textos são lidos em inglês, ou seja, “em tradução”. Porém, em seguida, apresenta o termo “discussão” para chamar a atenção para o problema que se apresenta. Para melhor problematizar a questão, recorro ao dicionário (FERREIRA, 2004), para explicitar o termo “discussão”: *sf (lat discussione)* **1** Ato ou efeito de discutir. **2** Exame de um assunto por meio de argumentos; argumentação que tem por fim chegar à verdade ou elucidar dificuldades; debate: *Da discussão nasce a luz*. **3** Contenda, disputa. **4** Controvérsia, polêmica. **5** Altercação, briga. **6** *Dir* Sustentação de razões pelas partes litigantes para que se esclareça a verdade do fato e se demonstre a quem assiste o direito pleiteado.

Observa-se no RD14, certo dilema como efeito da legitimação, da naturalização do texto traduzido naquele contexto. P-16 levanta a questão de que alguns alunos questionam o fato de que “pesquisadores” – neste caso, professores e alunos dos programas de pós-graduação -, façam uso de traduções para “dar aulas”, sinalizando para a questão do saber-poder de Foucault (2007), no qual a figura do pesquisador possa remeter a aquele que exerce o poder via saber. Considero que o RD14 traz à tona a representação que a língua estrangeira, a língua do outro, tem na construção dos saberes que permeiam a academia. Para que se alcance o status de pesquisador é necessário “saber” a língua estrangeira, bem como usá-la, no caso estadunidense, saber ler os textos literários ou teóricos no original, na língua do autor.



Todavia, a prática, em vários momentos, contradiz a teoria ou o discurso institucional, pois apesar dos exames de proficiência exigidos pelos programas para atestar tal conhecimento, a preferência da grande maioria, com raras exceções, é a do “conforto” encontrado na leitura em língua “materna”, ou seja, a leitura de textos teóricos e científicos de autores estrangeiros, se possível, em tradução, se pensarmos no contexto de pesquisa em geral.

Por outro lado, observa-se, no enunciado “é uma discussão” que, apesar de a tradução ter representação, no sentido de estar ali materializada, o uso de texto traduzido resulta em polêmica, ou seja, em “discussão”, havendo controvérsias e levantando suspeitas com relação ao seu uso, apontando para alguns traços, por parte de alguns leitores, de diferenças, de heterogeneidade, ou da possível constatação de que os efeitos de leitura entre original e tradução sejam diferentes, dadas as especificidades do texto teórico-científico traduzido.

Outro enunciador estadunidense reafirma a questão do uso da tradução da seguinte forma:

(RD15):- Então// eu/ nós/ dependemos muito da tradução// é um encontro diário com traduções// trabalhando com e através das traduções e deve ter muito mais a ser dito (P-19, tradução minha).

Percebe-se, através do uso do pronome de primeira pessoa do singular “eu”, reforçado pelo pronome pessoal da primeira pessoa do plural “nós”, que existe um certo com-senso ou, talvez, uma necessidade de afirmação quanto ao uso da tradução pelos professores de literatura estrangeira naquela instituição, ou seja, P-19 lança mão das formas pronominais do “eu” e do “nós” para dizer que não está sozinha no que ela chama de “encontro diário”, encontro este que depende da tradução para ensinar as literaturas estrangeiras.

Dado o enunciado “dependemos muito da tradução”, faz-se necessário problematizar o verbo “depende”, seguido do advérbio “muito”, que acrescenta intensidade nesse vínculo com a tradução. P-19 afirma que existe tal dependência diária da literatura para com a tradução naquele contexto, remetendo à noção de subordinação, pois só nos subordinamos a algo ou alguém via instituição, convenções morais ou sociais, legais e assim por diante.



Tal análise se justifica através do enunciado que segue, ligado pela conjunção adversativa “e”, significando: contudo, porém, (FERREIRA, 2004) - “e deve ter muito mais a ser dito” -, ou seja, este chamado “encontro diário” com a tradução parece não “dizer tudo”, não responde às necessidades ou à problemática que a rotina de leitura de textos traduzidos apresenta naquele contexto acadêmico. Este “encontro” me parece camuflar o “confronto” entre dois lugares, culturas ou línguas, eu diria, talvez, entre o velho e o novo do texto literário, o qual não exclui a possibilidade de embate ou luta entre duas partes, assim como no encontro das águas do rio com o mar, levadas pela força da corrente, a confluência torna-se visível através da diferença entre os matizes das cores das duas águas - a doce e a salgada.

Todavia, destaco que, embora com efeitos de discurso diferentes, observa-se a existência do imbricamento de vários discursos. Além da dependência da tradução no ensino de literaturas estrangeiras como um problema a ser discutido e analisado, como apontada no RD de P-16, os relatos sinalizam para a *différance* na maneira de olhar ou de entender a tradução naquele contexto, dadas as condições de produção dos discursos, a citar, a do contexto hegemônico da língua inglesa naquele país.

Vejamos o que argumenta P-12 sobre a relação entre literatura e tradução:

(RD16):- Bem// a tradução é essencialmente importante para a literatura// e uma outra coisa importante é a amplitude com que você interpreta o termo tradução// eu quero dizer// você sabe que você pode dizer que uma re-escritura de uma peça do passado é uma tradução// embora esteja na mesma língua e isso já foi feito muitas vezes// já foi feito na Espanha/ na França/ você sabe// uma peça de século XVII é refeita/ re-elaborada para o século XIX// isso é tradução também// e geralmente o que está por trás dessas decisões são fatores culturais/ o público alvo// então/ eu acho que a tradução é essencial para a literatura (P-12, tradução minha).

Como apontam as amostras de dados coletados do ensino de literatura estrangeira do contexto estadunidense, o uso de texto literário traduzido representa uma forte regularidade, P-12 corrobora e reforça o que problematizo na subseção anterior, com base nos enunciados do Brasil, nos quais alguns dos enunciadores afirmam que preferem usar versões simplificadas ou adaptações a textos traduzidos em suas aulas de literatura estrangeira.



Entretanto, há que se pensar nesse contraponto entre os dois contextos. Além de outras questões que constituem o contexto estadunidense, a citar a hegemonia linguística como fator cultural determinante, acredito que a diferença na maneira de entender a tradução e associá-la a literatura está no enunciado da “amplitude com que você interpreta o termo tradução”, colocado pelo enunciador. Ao remeter ao termo “amplitude”, P-12 aponta para a tradução como um conceito a ser expandido, que alcança uma extensão maior, uma interpretação mais ampla. Eu perguntaria: maior do quê? O que precisamos ampliar? E, possivelmente, a resposta seria: precisamos ampliar as noções de língua, linguagem e literatura para então podermos melhor interpretar e traduzir o processo de leitura de textos didáticos, teóricos ou literários, bem como e, principalmente, de textos traduzidos.

Para P-12, a noção de tradução é ampliada, interpretada e re-traduzida, aproximando-se do que representa a tradução para a desconstrução, ou seja, a de entender a tradução como *différance*, como transformação de e para outro texto, como algo re-criado, diferente e re-elaborado. Se olharmos com um cuidado maior, nossa experiência acadêmica, cultural sinaliza para a pluralidade linguística, para a presença de várias línguas numa só língua e, ainda, para o fato de que estamos traduzindo e interpretando o tempo todo.

No dizer de P-12, ao se referir à tradução como resultado das mudanças ocorridas no interior da própria língua, enunciando que “uma peça de século XVII é refeita/ re-elaborada para o século XIX”, P-12 remete à existência e importância das re-escrituras de obras do passado para o presente, e que “isso” é “também” tradução; sintetizando, assim, o que P-12 entende por tradução numa visão mais ampla. O prefixo latino “re” quando preposto a verbos como: “fazer”, “elaborar”, “escrever” chama a atenção para o movimento não só da ação de repetição, como se supõe, mas, sobretudo, para a mudança de estado como efeito da ação, a exemplo de “recomeçar”, “reavivar” do já-dito, do passado que se faz presente, porém, situado e circunstanciado pelo sujeito leitor-tradutor.

Tal interpretação ou representação da tradução se dá, segundo Orlandi (1996, p. 68), na injunção que é regida por condições de produção específicas e, ainda, entre a “memória institucional”, chamada de “arquivo”⁴ e os “efeitos da memória”, denominados

⁴ Entendo esta memória institucional denominada “arquivo” como documentos retidos ou detidos no inconsciente dos sujeitos aos quais jamais renunciamos, “em especial a experiência da *memória* e o



“interdiscurso”. P-12 assim justifica sua prática, quanto ao uso diário de tradução para ensinar literatura, porque entende que traduzir é, também, uma forma de re-escrever um texto seja ele no papel, como texto comumente dito, ou como uma forma de re-inscrevê-lo no contexto literário e de ensino. Culturalmente falando, o que o enunciador do contexto estadunidense entende por trabalhar com literatura estrangeira envolve leitura e interpretação de obras de determinadas culturas e povos, obras estas já lidas ou re-escritas em épocas diversas, por outros autores. Para o enunciador, não importa se foram re-escritas dentro ou fora da mesma língua, o que realmente importa é o ciclo de continuidade da obra via tradução, via re-escritura.

Ao falar sobre a relação da tradução com a literatura, P-12 argumenta sobre sua importância, acrescentado o advérbio “essencialmente”, ou, o adjetivo “essencial” (do inglês: *absolutely essential*), que significa no dicionário eletrônico Aurélio (FERREIRA, 1994): “aquilo que é relativo à essência, ou, que constitui a essência, a natureza de um ser e, também, remetendo, também, a aquilo que é absolutamente necessário, indispensável”. Tal duplicidade de sentido do termo, comum aos verbetes que buscamos nos dicionários, remete ao próprio *double bind* da tradução que sinaliza, também, para a (in)traduzibilidade frente à necessidade, frente à polissemia que coloca o tradutor ou o leitor no “entre-lugar”, como é o caso do enunciador em questão.

Por outro lado, entendo que, como o enunciador deste RD é espanhol e ensina literatura espanhola traduzida, no contexto acadêmico estadunidense, seu dizer traz representações do sujeito constituído que é, sua história, seu lugar entre-línguas e culturas, discurso este articulado com base na sua posição-sujeito e atravessado pelo discurso maior, institucionalizado, do país e da academia nos quais se inscreve.

Ainda sobre as representações dos enunciadores estadunidenses sobre tradução, P-21 resume o que um grande número dos entrevistados entende por tradução e literatura, afirmando:

retorno à *origem*”, somados à “arqueologia” que escava e exterioriza a “constituição de uma instância de um lugar de autoridade” o *arkheion* – arconte que representa o Estado, a instituição (DERRIDA, 2001, p. 7-8).



(RD17):- Sim/ há sempre interpretação e há sempre perdas e ganhos// eu não vejo a tradução do ponto de vista de qualidade / mas/ sim/ de diferença (P-21, tradução minha)⁵.

O dizer de P-21 sinaliza para os interdiscursos que permeiam o universo acadêmico e vai ao encontro dos dizeres do enunciador anterior (P-12), acrescentando que na tradução “há sempre interpretação e há sempre perdas e ganhos”. O advérbio “sempre” que reforça o verbo “haver” – também entendido como “ter” ou “possuir” -, implica o fato de que estamos a todo tempo, ou constantemente, interpretando, ou seja, traduzindo e que, nessa tradução, as chamadas perdas e ganhos são traços da *différance*, discutida por Derrida (2001, p. 32); um jogo no qual o adiamento de sentidos vai seguindo os rastros de outros rastros, que fazem parte de elementos da cadeia ou do sistema, a citar, a polissemia, a duplicidade de sentidos que emergem do interior das línguas, ou, nesse movimento de passagem que é a tradução.

Além da questão dos efeitos de arquivo, da arqueologia do saber (FOUCAULT, 2007) encontrados nos discursos já apontados anteriormente, penso que esta maneira de entender a tradução está relacionada ao processo ou às formas de subjetivação pelas quais passam os indivíduos, cujos discursos vão se entrecruzando, configurando, assim, suas identidades. As regularidades discursivas dos entrevistados estadunidenses apontam para representações de tradução que corroboram ou ecoam o saber e o lugar que os perpassam, tendo em vista que as discussões sobre tradução, naquele contexto acadêmico, são frequentes e fazem parte de sua rotina ou de sua agenda profissional.

O departamento do qual fazem parte oferece um programa de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado) específico em tradução, ou seja, além de utilizarem textos traduzidos em sua prática diária e de pesquisa, naquela instituição estadunidense, os participantes envolvidos também organizam *workshops* e recebem, com frequência, pesquisadores e professores visitantes de outras instituições, de outros países, promovendo discussões, a exemplo da pesquisa que ora desenvolvo, cujos dados lá coletados analiso. Dessa forma, se somos constituídos no e pelo outro, a multiculturalidade e a diversidade de

⁵ Em inglês: *Yeah/ there's always interpretation and there are losses and gains// I don't see it as a quality issue/but/ as a difference issue.* (P-21 é professor de literatura latino-americana e filosofia em uma universidade estadunidense, cf. Apêndice D, p. 84-91).



perspectivas ampliam-se e, da mesma forma, diversificam-se, dispersando e desfragmentando os sujeitos, face à alteridade.

3. Considerações finais

Acredito que, dada a associação constante dos dizeres sobre tradução, aqui apresentados, noções como: perda, autoria e originalidade, que ressaltam tais convenções sociais e hierarquizam as relações de poder, as formações discursivas dos profissionais de literaturas estrangeiras, em contexto brasileiro, tendem a secundarizar e tratar a tradução como literatura menor, através da valorização do original e da primazia do ensino de literatura estrangeira “na” língua estrangeira, limitando, assim, sua representação nesse contexto.

Em contexto estadunidense, porém, as representações tendem a colocar a tradução em status de aparente igualdade ao texto original, dada a regularidade de seu uso no ensino de literaturas estrangeiras e à tentativa de homogeneização da língua e da cultura do país. Contudo, tal homogeneização pode causar efeitos de apagamento e de neutralização da tradução naquele contexto.

Dessa forma, as implicações de representações da tradução podem ocorrer por diferentes formas de representação: (i) pela “naturalização” via discurso da legitimação, a exemplo das amostras de enunciados do contexto estadunidense; (ii) através da resistência instaurada pelos discursos cristalizados e institucionalizados, pela arqueologia, microfísica do poder, a exemplo dos enunciados das amostras do contexto brasileiro.

Ainda, sobre as representações de tradução amostradas do contexto brasileiro de ensino de literaturas estrangeiras, observam-se, com algumas irregularidades, fortes traços do positivismo linguístico, veiculado por saberes institucionalizados, a citar, o do discurso metodológico de especialistas, no caso, relacionado à importância de se falar e ensinar literatura estrangeira na e pela língua estrangeira, bem como o discurso maior da instituição, representado pela agenda doméstica institucionalizada. Os currículos, assim como os programas dos cursos que fazem parte da amostra brasileira (Letras Estrangeiras Modernas, Letras Inglês, Letras Inglês-Português, Letras Francês, Letras Português-Espanhol) não incluem,



em sua grande maioria, a tradução como disciplina obrigatória ou eletiva. Além da referência à língua estrangeira como elemento primordial na formação dos alunos (futuros professores), as representações sobre tradução se resumem em noções como: perda, mudança, distanciamento do original ou do autor, fidelidade e originalidade, devido ao *double bind* - resultado do lugar “entre-línguas”, entre “original-tradução” -, no qual o professor se encontra e se insere.

O contexto da amostra estadunidense, por outro lado, possui uma agenda doméstica diferenciada. Como se pode observar em seus recortes discursivos, suas representações sobre tradução se resumem em: tradução como diferença, necessidade, dependência e suplemento, devido ao que chamei de contexto da *différance*, já que os currículos dos cursos incluem disciplinas de tradução e de literatura comparada e as discussões sobre tradução parecem ocorrer com certa frequência. Todavia, tal diferença parece não incidir na análise dos resultados, já que a naturalização provoca certa neutralização da circulação e recepção da tradução naquele contexto.

Ao comparar os dizeres brasileiros e estadunidenses no entre-lugar: “tradução – literatura” percebe-se que é preciso ativar a insurreição de saberes via discursividade, evidenciando o problema que está em jogo, pois o poder, como coloca Foucault (2000), só existe em ação, só existe quando exercido através do discurso. As representações de literatura, associadas à autoria, originalidade, geralmente ligadas às instituições, exercem poder centralizador, hierarquizando saberes em detrimento de outros, como é o caso da tradução em relação à literatura. Se, em contexto brasileiro, a tradução é restringida ou excluída das discussões, em contexto estadunidense, embora materializada e utilizada como suplemento que se agrega e se incorpora à cultura, a tradução apropria-se do original ou do “outro”, ocasionando o apagamento, a invisibilidade, devido às contingências culturais e hegemônicas do país e da língua.



Referências

BENJAMIN, W. A tarefa renúncia do tradutor. In: HEIDERMANN, W. (Org.). *Clássicos da Teoria da Tradução*. Trad. de Susana K. Lages. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 188-215.

CORACINI, M. J. F. *A celebração do outro: arquivo memória e identidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

DERRIDA, J. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. (1996). Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, J. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, J. *Torres de Babel*. Trad. De Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão Freudiana* (1930). Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ECO, U. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio* - versão 5.0. Positivo Informática, 2004.

FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud, Marx. In: *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 1967 [2005].

Coleção Ditos & Escritos II.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FREUD, S. *The Uncanny*. Translated by David MCLintock. U.S.A: Penguin Books, 2003.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. De Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês Português Webster's*. São Paulo: Record, 1982.

SÃO JERÔNIMO (395/396). Carta a Pamáquio, sobre os problemas da tradução. Ep.57. *Tradução, Lisboa, p. 57-87, 1995*.



VENUTI, L. *Escândalos da Tradução*. Trad. L. Pelegrini, L. M. Villlela, M. D. Esqueda, V. Biondo. Bauru: Ed. da EDUSC, 2002.

ⁱ Embora o termo “com-senso” possa, ainda, remeter a “consenso” no sentido de aprovação ou adesão de todos, pretendo com ele, marcar um outro sentido, ou seja, chamar a atenção para a preposição “com” como algo que indica “simultaneidade” e, ao mesmo tempo, “intensidade”, a exemplo de “combater”, “compenetrar”, atribuído a “senso” como “juízo de valor” ou “conjunto de opiniões” (FERREIRA, 2004, versão eletrônica).